TL5817

CNRT Timor-Leste
xanana gusmão

CONSELHO NACIONAL DA RESISTÊNCIA TIMORENSE

I Congresso do CNRT – Dili 21 a 29/08/2000

Intervenção de Xanana Gusmão

LIÇÕES DA NOSSA HISTÓRIA, OS NOVOS DESAFIOS, AS TAREFAS A REALIZAR

I. Algumas Lições que Resultam da nossa História

1. O sucesso da nossa luta de libertação nacional resulta essencialmente da combinação das diversas formas de resistência empreendida pelo heróico Povo Timorense. A resistência armada liderada pelas Falintil e a resistência de todo o Povo representada por cada um dos delegados aqui presentes, cada um no seu posto, conduziu-nos até ao actual momento histórico.

   Reunidos neste I Congresso do CNRT juntos procuramos conferir substância à nossa independência. Juntos, procuramos aqui encontrar as formas e as vias para erradicar o atraso, a miséria, as doenças endémicas e o analfabetismo que afectam gravemente o nosso Povo.

2. Ao buscarmos os caminhos para assegurar o bem estar e a tranquilidade, saibamos tirar algumas lições sobre o que permitiu o sucesso da luta de resistência. Assim, é essencial conhecermos o mundo em que nos inserimos e, particularmente a região que nos rodeia.

   O aprofundamento destas análises permite-nos perspectivar a nova fase da luta pelo progresso socio-económico e cultural do nosso país e, nesse contexto, definir as novas tarefas a realizar.

3. As Falintil mobilizaram o Povo para resistir contra a opressão e a humilhação a que estavamos sujeitos. O nosso Povo levantou-se, seus filhos engrossaram as fileiras da luta de libertação.

   A resistência do nosso povo teve imensas facetas: resistimos nas montanhas, nas cadeias, na clandestinidade, nas igrejas, nas escolas, nos assaltos a missões diplomáticas. O povo quando dançava e cantava, reforçava as tradições culturais, fortalecia a identidade nacional. A resistência fez sentir a sua acção constante em todas as aldeias e cidades de Timor Leste, e em inúmeras cidades indonésias, com frequência operando no estômago do inimigo.

Homens, mulheres, velhos, jovens, estudantes, camponeses, professores, empresários, intelectuais, freiras, padres, enfermeiras, médicos e muitos e muitos outros trabalhadores e, até as próprias crianças de tenra idade, mobilizaram-se para dar corpo à resistência nacional. O processo da luta gerou a unidade Povo-Falintil, Falintil-Povo. Esta é a razão de fundo pela qual, apesar da forte presença do ocupante, apesar do genocídio sistemático, as Falintil circulavam por todo território nacional;

1ª lição a reter da história da nossa luta – foi o envolvimento crescente dos vários segmentos população em torno de objectivos simples e realizáveis que reflectiam a justeza da nossa aspiração: Libertar a Pátria, envolvendo todo o Povo!

Houve um momento, em que tivemos de ultrapassar a visão estreita e sectária que então possuíamos: era preciso despir toda a carga emocional e ideológica, era essencial redefinir os nossos objectivos estratégicos, e praticar uma política de maior abrangência.

Praticamos a política de inclusão até relativamente àqueles que num determinado momento vacilaram, hesitaram e cometeram erros, ´cederam´ ao ocupante estrangeiro! Inclusão também
daqueles que adoptaram posições e estratégias que posteriormente se revelaram inadequadas.

Errar é humano! Cada um de nós tem coisas boas, tem coisas más. O segredo está em valorizar o que há de bom em cada um de nós! A nossa história tem ricos exemplos de compatriotas que vacilaram e que, posteriormente, se fizeram verdadeiros patriotas, muitas vezes arriscando a sua própria vida pela causa nacional. Esta política de inclusão transferiu o passado e as coisas más para o segundo plano, e valorizou aquilo que cada um de nós pode fazer pelo futuro.

Deixemos de apontar o dedo acusador, olhemos para dentro de nós e estendamos a mão a outros companheiros que, como nós, desejam participar activamente na construção do país. Juntemos as mãos, olhemos o futuro com confiança, e concentremos as energias para servir a causa da Pátria.

2ª lição - a profunda identificação e permanente articulação entre a Direcção, os Quadros e os guerrilheiros com o nosso povo. O nosso Povo alimentou combatentes, deu guarida aos guerrilheiros, comprou munições, transportou armamento, tratou feridos, levou recados, transmitiu informações sobre o inimigo, e constituiu-se como a rectaguarda segura das Falintil.

Sem a íntima ligação Falintil-Povo não seria possível estarmos aqui hoje – no seio do Povo as Falintil sentiram-se como peixe na água, como lembrava D. Ximenes Belo, em 20 de Agosto em Aileu.

3ª lição - o sucesso da nossa luta dependeu da enorme confiança entre nós. Muitos dirigentes, quadros e combatentes operando no estômago do inimigo, na frente clandestina, quando capturados ou interrogados, tinham a nossa confiança: sabiamos que não iriam indicar onde se situavam as nossas bases. As nossas vidas estiveram nas mãos de companheiros que haviam sido capturados e torturados.

É verdade que alguns não resistiram, mas no essencial não fomos traídos - nesta sala estão muitas pessoas que constituem exemplos vivos deste heroísmo, da confiança e do respeito que se gerou entre todos nós.

4. A resistência assumiu também outras formas de luta, igualmente importantes. Trata-se da luta diplomática e da constituição das redes de solidariedade internacional para com a nossa causa.

   Foi a luta realizada pelos Timorenses vivendo no estrangeiro - na Austrália, na Indonésia, nas Filipinas, em Macau, nos EUA, em Moçambique, em Portugal, em Angola, e noutros países da Comunidade de Língua Portuguesa. Estes compatriotas empenharam-se:

   i. na acção diplomática junto de Governos e Parlamentos, na ONU, nos diversos encontros e ´foruns´ locais, regionais ou mundiais;
   ii. na criação e no apoio de grupos de pressão e de organizações sociais de diverso tipo;
   iii. no fomento de extensas redes de solidariedade internacional para com a nossa luta.

1. A luta do nosso Povo envolveu assim a resistência armada, a luta clandestina, a luta diplomática e a resistência individual de milhares e milhares de cidadãos anónimos. Foi a combinação da acção das Falintil, do trabalho da frente clandestina, do empenhamento do Povo, com os resultados positivos do trabalho diplomático, aliado à uma enorme solidariedade internacional para com a nossa luta, que tornou possível, juntos, cumprirmos a missão histórica de LIBERTAR A PÁTRIA!

   4ª lição – a nossa luta dependeu da sintonia e articulação das várias frentes de luta - o sucesso de uma das frentes apoiava e potenciava o desenvolvimento da acção noutra frente e assim sucessivamente.

   Todas as acções de cada um dos presentes, resistindo e lutando nos seus respectivos postos, foram necessárias ao desenvolvimento da luta.

   5ª lição - a nossa luta dependeu do trabalho dedicado e paciente de dezenas de milhares de Timorenses. O impacto da luta de uns foi maior que a dos outros, mas deve ficar claro que, em nenhum caso, repito, em nenhuma circunstância, o trabalho de uma única pessoa, só por si, foi determinante para esta vitória que hoje todos desfrutamos.

   Foi certamente muito importante a acção individual de um Nicolau Lobato, um D. Martinho Lopes, um D. Ximenes Belo, um Mari Alkatiri, um João Carrascalão, um David, um Leandro, um Ruak, um Lu´ Olo, um Aniceto Guterres, um Ramos-Horta, entre tantas outras figuras conhecidas pela comunidade internacional.

   Mas foram importantes também, acções individuais de pessoas desconhecidas, como uma Aliança Araujo, como um quadro verdadeiramente clandestino, que se chama Tuloda, como duas raparigas de Bucoli que, nos inícios de 1980, nos orientaram e levaram de aldeia a aldeia na parte Leste de Baucau, Venilale e Vemasse. E todos devem tomar conhecimento da história da senhora ..... viuva do Comandante Miguel dos Santos, de Mehara, cujo papel foi determinante no encontro com D. Martinho Lopes, a partir do qual se iniciou a retomada de ligações com o exterior. Prestamos também homenagem ao falecido Padre Afonso Nacher e ao Padre Luigi Prieto que agora está em Venilale.

   Mas não fiquem dúvidas para ninguém que a acção individual, por maior que tenha sido a sua bravura ou alcance, só tem algum sentido histórico quando inserida no processo da luta global. Cada um de nós constitui apenas um elemento importante de toda a resistência. O verdadeiro sujeito é o Povo, o verdadeiro actor desta epopeia foi o nosso

Povo.

Os que cumpriram o seu dever nas Falintil, como recompensa, apenas desejam ter a honra de ver o içar da bandeira no solo pátrio no dia da independência. Reservam para si, também, o direito de participar na reconstrução do país.

A maior recompensa que cada um de nós deve esperar da nossa Pátria é a da satisfação por ter participado, cada um no seu posto, com pequenas ou grandes acções, na tarefa de libertar a Patria! Por maior que tenha sido a nossa acção individual, o seu valor só transparece com vigor, quando ela é incorporada no processo global da luta.

Apelo aos historiadores, aos homens da cultura, aos jornalistas, e a todos os estudiosos da nossa luta, para que recolham testemunhos dos que realizaram importantes actos, dentro do país e no estrangeiro, para fazer avançar a nossa causa. Entrevistem não só os líderes e os combatentes, mas também cidadãos que permanecem anónimos, mas cujos actos foram importantes no avanço da nossa luta global. Igualmente, apelo a todo o Povo para não queimarem cartas, notas, recados escritos e documentos da resistência nacional. Todo esse material, no devido tempo será recolhido e esses testemunhos e documentos serão mais tarde sistematizados para se constituir o Arquivo sobre a História da nossa Resistência.

6ª lição – a vitória dependeu do facto de se colocar o interesse colectivo em primeiro lugar e a sobrepôr o interesse do Povo sobre o nosso ego individual.

Infelizmente, transparecem agora aspectos negativos: muitos assumem-se como absolutamente indispensáveis, por isso, sistemáticamente realçam a sua obra, exageram a sua capacidade de intervenção, sobrevalorizam o seu papel desprezando o trabalho de outros. A exarcebação do ego reflecte insegurança interna, esconde ambição desmesurada e minimiza a acção do outro compatriota.

Todos deveremos fazer um esforço para acreditar que somos parte de um todo e interiorizar que, só no todo, nos valorizamos com maior brilho. Aprendamos do nosso Povo a cultivar a humildade e a fraternidade entre nós. Não se trata de reduzir o valor de cada um. A valia de cada um depende da utilidade e dos resultados produzidos pela sua acção no conjunto.

2. A luta do nosso povo entrou nos anais da história universal pelos seus aspectos estratégicos e tácticos. Mas entrou essencialmente por virtude da acção colectiva do nosso Povo, de que somos parte. Tiremos devidamente as lições da nossa história, para não regredirmos, para nos prepararmos melhor para enfrentar a nova fase da história, que agora se inicia.

   A este respeito, apelo para que continuemos juntos! Continuemos juntos mesmo quando expressamos ideias e pontos de vista diferentes. Caminhemos juntos, sincronizados como peças de uma grande máquina em movimento. Até finais de 2001 vamos declarar a independência. As novas tarefas são imensas e complexas. Todos seremos poucos. Nesta nova fase não há ninguém indispensável, mas também ninguém é dispensável. Todos somos úteis se empenharmos o que cada um de nós tem de positivo, para servirmos a causa nacional.

II. A Transição em Timor Leste – Para onde Vamos?

3. Ao longo de uma semana, tivemos o previlégio de participar nos intensos debates da

sessão Plenária e no trabalho das diversas Comissões. Os ricos debates e as inúmeras contribuições dos delegados fizeram-nos reflectir sobre a nossa experiência até ao presente e sobre o caminho a seguir de ora em diante.

Na sequência do inequívoco SIM expresso pelo Povo Timorense aquando da Consulta Popular do ano passado, percorremos hoje uma nova era no nosso país. Os caminhos levam-nos inelutavelmente à independência nacional, à implantação de uma sociedade regida por princípios democráticos e à criação de um Estado de Direito.

O Povo exercerá, finalmente, o direito de votar periodicamente e eleger os seus próprios filhos que inspire confiança e dêm resposta às suas necessidades.

4. Como resultado do sufrágio universal, o voto popular permitirá nas primeiras eleições gerais:
   - eleger o Presidente da República;
   - constituir o parlamento nacional, representativa dos interesses de todo o Povo e,
   - conferir posse ao primeiro governo de Timor Leste, assente no voto que reflecte os anseios da maioria.

Igualmente estão em curso acções acções muito importantes, que são determinantes para o estabelecimento de um Estado de Direito, que permitirá administrar a justiça à luz das leis e no profundo respeito pelos direitos humanos.

1. Como complemento dos debates na Comissão IV, gostaríamos de abordar a questão da Defesa Nacional. A defesa da integridade territorial será confiada, em primeiro plano, às novas forças armadas Timorenses, das quais as Falintil constituirão o seu núcleo central. Estamos confiantes que a estruturação das forças armadas regulares e modernas, ao serviço do Povo de Timor Leste, tomará em consideração que deverão ser: apartidárias e fiéis ao princípio da subordinação aos orgãos do poder político, democraticamente eleitos.

As forças armadas de Timor Leste constituir-se-ão:
   - como defensores da integridade territorial e do Estado democrático;
   - como guardião da soberania;
   - como garantes da Paz e Tranquilidade;

1. Sobre os trabalhos da Comissão IV tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. José Ramos-Horta, Prémio Nobel da Paz, a referir o importante papel da diplomacia para a defesa e segurança do país. A diplomacia permite ainda relacionar o nosso país e povo com os demais países e povos da região e do mundo nos planos económico, financeiro, técnico e científico.

Este relacionamento bilateral e multilateral, assente na igualdade, entre-ajuda e cooperação, no respeito mútuo e reciprocidade de benefícios, traz também benefícios acrescidos ao nosso desenvolvimento.

2. Estas são as instituições basilares da democracia, que se pretende que operem de forma eficaz, competente e transparente. Estamos certos de que, para servir o Povo, estas instituições serão estruturadas de modo a impedir a corrupção.

Vivemos hoje uma conjuntura ímpar que nos confere uma elevada responsabilidade histórica: estamos no limiar da construção do nosso Estado Democrático Multipartidário. Estamos a lançar as sementes da democracia que vai perdurar por muitos e muitos anos

no nosso país.

III. Os Novos desafios, Os Constrangimentos, as Limitações e as Regras do Mundo de Hoje

12. Hasteada a bandeira nacional e estabelecidos os diversos órgãos de soberania – o legislativo, o executivo e o judicial, de uma forma geral, completa-se o primeiro objectivo de toda a luta do nosso Povo: a de Libertar a Terra, para se identificar como Pátria, como Nação.

Libertada a Terra, a tarefa agora é a da Libertação do Homem. A essência da nossa luta ainda não se esgotou. Temos que equacionar qual a substância da nossa independência. Trata-se de definir o rumo para onde caminharemos. Concretamente, trata-se de definir que visão deveríamos ter sobre o futuro do país.

13. Libertar o Homem, a pessoa, o ser humano, libertar o Timorense, implica elevar permanentemente o bem estar material e espiritual de todo o nosso Povo. Para alcançarmos este objectivo, é essencial concentrar esforços:
    - na promoção do progresso social, económico e cultural do nosso país;
    - na geração crescente do emprego e,
    - na política de distribuição equitativa;

    Alcançar estes objectivos implica, entre outros aspectos:
    - diversificar e aumentar substancialmente a produção agrícola, pecuária e florestal;
    - desenvolver a produção pesqueira;
    - criar condições para a produção industrial e artesanal;
    - desenvolver a indústria agro-alimentar;
    - promover a adequada utilização da madeira;
    - incentivar a construção de habitações para a população e de outras infraestruturas ;
    - criar condições para a extracção mineral;
    - promover o turismo;
    - apoiar toda e qualquer iniciativa que facilite a produção e a circulação de pessoas e bens.

14. Juntos teremos de formular sobre o que fazer para que a imagem Timor Leste seja radicalmente diferente daqui a 10, 15 e 25 anos. Teremos que formular políticas de desenvolvimento que concretamente respondam, entre outras, às seguintes questões:

    - O que devemos fazer para aumentar a produção e a produtividade em todos os sectores?
    - Que acções devemos empreender desde já para assegurar uma distribuição de rendimentos mais equitativa?
    - Que devemos fazer para elevar a eficiência e a qualidade das infra-estruturas?
    - Qual deve ser a nossa estratégia no sector da educação e da saúde para fazer crescer ainda mais a produção e a produtividade;
    - Como valorizar o nosso café, a banana, a laranja, o mel, o arroz, o milho, a copra, a carne e o peixe;
    - Será possível fomentar e comercializar a soja, a mandioca, a canela, a baunilha, o sândalo, o cravinho, a castanha de cajú?

- Que outras produções poderão apoiar o nosso crescimento económico?
- O que produzir para substituir as importações?
- Qual o caminho a seguir na alfabetização e treinamento de adultos para que possam fazer crescer a produção e a produtividade?
- Como proteger o meio ambiente?
- Como valorizar e proteger os recursos que possuímos?
- Como assegurar os direitos e garantias aos nossos cidadãos?
- Como valorizar a mulher e o jovem no processo de produção?
- Os Timorenses poderão sozinhos levar a cabo esta gigantesca tarefa de satisfazer as necessidades do povo e do país, que serão sempre crescentes, como muito bem foi definido pela Comissão III ?

Teremos também de equacionar se os investidores estrangeiros são bem vindos. Que incentivos e garantias devemos dar aos investidores estrangeiros no caso de se concluir que eles podem complementar o nosso esforço de desenvolvimento?

15. Estas são algumas das múltiplas questões que já foram equacionadas nas Comissões de Trabalho e aqui na Plenária. Temos a responsabilidade de traçar uma estratégia de crescimento económico, social e cultural que assegure um futuro risonho para as nossas crianças. Daqui a 10, 15 e 25 anos, o rosto do nosso Povo será, naturalmente, diferente. Os velhos terão ido, as crianças de hoje, terão crescido para dar lugar a novas crianças. As tarefas que temos à nossa frente são de elevada responsabilidade!

Naturalmente, que uma problemática tão vasta e complexa como esta, não pode ser abordada em poucos minutos e muito menos sem um estudo aprofundado da situação concreta no terreno. E também sem uma adequada avaliação das capacidades humanas, materiais e financeiras disponíveis.

Dado o elevado grau de subdesenvolvimento que caracteriza o nosso país, gostariamos de salientar alguns pontos que revelam constrangimentos, limitações e regras que prevalecem no mundo de hoje.

Estes pontos não devem ser ignorados, mesmo que já tenhamos percebido em várias palestras, aqui na Plenária, que eles vão condicionar a nossa vontade de crescer.

Ponto 1 – Atraso e Subdesenvolvimento

16. O nosso ponto de partida é muito, mas muito difícil! Timor é um país pequeno, subdesenvolvido, com reduzidos recursos humanos, materiais e financeiros. Se o valor de toda a produção nacional de Timor Leste, incluindo a produção para o autoconsumo dos camponeses, fosse dividido pela totalidade da população, obteríamos um indicador económico, denominado PNB ´per- capita´ de apenas US$ 340.0.

Isto quer dizer que o rendimento médio de cada Timorense (incluindo cada criança) durante um ano é de 340 dolares americanos, ou seja cada Timorense tem um rendimento diário de menos de 1 dolar americano por dia! Isto resulta do facto de que o nível de produção do nosso país é baixíssimo! Esta é a dimensão do nosso atraso e o subdesenvolvimento que teremos de vencer.

17. É enorme a diferença que nos separa dos diversos países da região, se considerarmos que a produção média por habitante da Australia é de cerca de US$ 22,000.0 (ou seja cerca de 65 vezes superior!) a da Nova Zelândia é de 54 vezes superior, a da Malásia é 12,5 vezes

superior a Timor Leste. Estes números [1] dão-nos a dimensão dos enormes desafios que temos à nossa frente.

Os indicadores sociais revelam também um enorme atraso em termos de nados-mortos, do numero de camas por doente, do número de doentes por médico, do nível de analfabetismo, das exíguas infra-estruturas disponíveis, do numero de telefones por habitante, etc. etc.

18. Para elevar o bem estar social dos Timorenses, temos que envidar todos os esforços de modo a promover:

- o desenvolvimento da agricultura;
- a implantação de fábricas;
- a criação de uma rede de transportes
- o estabelecimento de infra-estruturas rodoviárias e marítimas
- o alargamento da rede de telecomunicações, etc,

Necessitamos ainda que as nossas escolas funcionem adequadamente, que a Universidade de Timor seja reaberta e promova cursos que efectivamente contribuam para a alteração fundamental da nossa realidade concreta. Sem Institutos Politécnicos, sem formação profissional (quer dizer ensinar apenas por ensinar, ensinar apenas com o objectivo de acabar com o analfabetismo, tendo-se depois muitos instruídos sem saber o que podem fazer, que emprego podem ter), sem treinamento de Timorenses e sem inúmeras outras coisas, não será possível elevarmos os níveis de produção e os níveis de abastecimento, não será possível gerar emprego e melhorar os rendimentos.

Ponto 2 – Recursos Disponíveis são Insuficientes

19. A agravar a situação de subdesenvolvimento, grande parte das infra-estruturas destruídas pela barbárie há um ano ainda não foram reconstruídas por carência de recursos. Algumas acções de reconstrução já estão em curso, mas por ocasião da independência muitos edifícios estarão ainda por reconstruir.

De uma forma geral, prevê-se que a UNTAET, na sua actual composição terminará a sua missão por ocasião da declaração da independência. Os poucos recursos materiais e financeiros que ainda estamos a receber correm o risco de serem reduzidos

Estamos confiantes que os diversos países que até ao presente nos têm apoiado bilateralmente e no quadro das iniciativas do Banco Mundial e das Nações Unidas, continuarão a apoiar a reconstrução do país.

20. Contamos também com o apoio das agências das Nações Unidas que continuarão por muitos e muitos anos, como é o caso do PNUD – Programa das Nações Unidas para o

---

1

PNB-Produto Nacional Bruto - US$ per capita em 1998 - igual à soma de todos e bens e serviços produzidos no país dividido pela totalidade dos cidadãos, incluindo crianças, calculado ao câmbio médio prevalecente em 1998:

- Timor Leste	US$ 340.0
- Sudeste Asiático e Pacífico	US$ 1,130.0
- Brunei	US$ 18,038.0
- Indonésia	US$ 972.0
- Malásia	US$ 4,251.0
- Austrália	US$ 21,881.0
- Nova Zelândia	US$ 16,427.0

Fonte: PNUD - Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Relatório do Desenvolvimento Humano – 2000, publicado pelo PNUD

Desenvolvimento, da UNICEF, do PMA – Programa Mundial de Alimentação, da OMS – Organização Mundial da Saúde. Estamos certos de que poderemos continuar a contar com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o ADB – o Banco de Desenvolvimento Asiático.

As ONG´s que efectivamente tenham por objectivo realizar projectos concretos de reabilitação e desenvolvimento continuarão a operar no país, sob mecanismos de coordenação, para se evitar que se aplique mais dinheiro para a sua própria gestão, do que para a implementação efectiva de projectos.

A reconstrução e o desenvolvimento nacional vão exigir a procura de fontes adicionais de investimento sejam elas junto de governos de países amigos, sejam junto de instituições bilaterais e multilaterais.

21. O sector privado nacional terá que ser amplamente apoiado com incentivos para poder constituir-se como o pilar importante no desenvolvimento da produção e circulação de mercadorias. Contudo, o nível de acumulação interna é ainda muito baixo. Sem poupança interna, sem acumulação interna, não é possível investir. O financiamento para o investimento terá de ser mobilizado no estrangeiro.

O incentivo ao investimento directo estrangeiro poderá constituir também uma fonte de financiamento adicional ao desenvolvimento. A associação das empresas nacionais com as empresas estrangeiras deverão também ser incentivadas.

Com a precauções necessárias, para concretizar projectos viáveis, poderá eventualmente ser necessário recorrer a bancos comerciais.

Ponto 3 – O Atraso Técnico e Tecnológico

22. O mundo caracteriza-se hoje por uma corrida meteórica e imparável do desenvolvimento da tecnologia e sua aplicação ao processo produtivo. A corrida tecnológica do mundo de hoje gira à volta do mais rápido, mais leve, mais resistente, mais forte, da melhor qualidade com um custo menor.

Em Timor, a maioria da nossa população ainda trabalha a terra utilizando instrumentos rudimentares: a pá, a enxada, a catana, a picareta. Os processos mecanizados são irrisórios. Por outro lado, nos nossos gabinetes utilizamos o computador que permite acelerar o trabalho de planificação, de contabilidade, de administração pública, da organização empresarial, as relações internacionais.

23. O desafio que temos à nossa frente vai exigir do elemento humano Timorense segurar a pá e a enxada numa mão e na outra operar computadores do primeiro mundo. As tecnologias e os instrumentos a utilizar, foram produzidas ao longo de várias gerações noutros países. Este é um desafio que em Timor Leste teremos de ultrapassar ainda na nossa geração. Teremos que promover a educação dirigida a adultos, seu treinamento e formação profissional.

A investigação científica e técnica deve, entre outros:

- visar a melhoria das espécies que possibilitem o aumento da produtividade e de rendimento dos agricultores e dos criadores de gado;
- aproveitar os recursos hídricos disponíveis para poupar na energia importada;
- adequar as tecnologias importadas à realidade nacional.

Teremos que treinar massivamente os Timorenses a dominar as tecnologias de informação de modo a colocá-las ao serviço do desenvolvimento nacional.

Ponto 4 – Gestão Rigorosa e Transparência

24. À escala planetária assistimos hoje ao fenómeno da globalização. O FMI - Fundo Monetário Internacional advoga a prática de alto rigor na gestão orçamental e dos demais recursos do país – no essencial, tal como sucede com quase todos os outros governos do mundo, de uma maneira geral o FMI recomenda:
    - a preservação da estabilidade macro-económica;
    - a manutenção do equilibrio nas trocas com o exterior;
    - o crescimento económico sustentável;

    Neste sentido, é fundamental:
    - gerir adequadamente e prestar contas sobre o uso dos fundos públicos
    - assegurar a estabilidade, transparência e normas não-discriminatórias na economia;
    - promover um sistema legal e um sector privado eficiente;
    - criar condições para uma gestão transparente e que penaliza a corrupção;

25. As regras do mundo de hoje recomendam que o aparelho de Estado seja pequeno, operacional e eficiente. Neste contexto, as despesas do Estado não podem ultrapassar as receitas que se prevê arrecadar num determinado ano. Se fôr necessário dispender mais para satisfazer necessidades crescentes do povo, por exemplo construir novas estradas, centros de saúde, novas escolas ou qualquer nova infraestrutura, teremos de identificar, teremos que saber, de onde virão os recursos financeiros.

    Perante recursos limitados é fundamental que a definição das prioridades seja muito criteriosa, e a sua aplicação deve ser eficaz e devidamente controlada.

Ponto 5 – Alguns Efeitos da Globalização

26. As tendências do mundo moderno visam a liberalização das economias no plano interno e internacional. As economias de país subdesenvolvidos são submetidas a uma competição feroz das empresas multinacionais. Os produtores nacionais possuindo uma base de capital irrisória, uma gestão incipiente e uma tecnologia débil, têm dificuldades em competir. Por isso a Comissão III já recomendou a formação empresarial, profissional dos Timorenses.

    Cada vez mais o papel de intervenção dos governos na economia é reduzido – os governos cada vez mais intervêm menos na fixação de preços, na definição das taxas de câmbio e de taxas de juros. É um sistema desfavorável, é um sistema injusto para os países subdesenvolvidos, que não conseguem competir com os países mais ricos. Mas são estas as regras de jogo, no contexto das quais teremos de saber erguer a nossa economia.

27. Por exemplo, a OMC – Organização Mundial do Comércio advoga uma política comercial através da qual, cada vez mais os impostos aduaneiros são reduzidos. Este é o mecanismo através do qual os produtos do estrangeiro penetram nas nossas economias, e conseguem vender porque apresentam uma boa qualidade e um preço mais atractivo.

    Os empresários operando em Timor, terão de enfrentar o desafio de produzir e abastecer o mercado com produtos de boa qualidade e com preço competitivo, sob pena de não

poderem vendê-los. Os nossos empresários, vão ter de competir com os produtos que vêm do estrangeiro, particularmente dos países da região e, entre outros, da Australia, da Indonésia, da Nova Zelândia, de Singapura, da Malásia, de Hong Kong, da China e do Japão.

Os diversos países procuram criar blocos económicos e políticos na tentativa de alargar mercados, e se apoiarem uns e outros. O nosso Governo terá de equacionar as vantagens económicas e finaceiras da inserção de Timor Leste nos diversos espaços económicos e políticos – a ASEAN, a APEC, a ligação com Portugal e a Europa, os EUA e a NAFTA (Associação do Comércio Livre da América do Norte), a CPLP (Comunidade de países da Lingua Portuguesa).

Igualmente, de forma a mobilizar recursos adicionais, dever-se-á analisar a adesão do país ao FMI, Banco Mundial, ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento) e demais instituições bilaterais e multilaterias.

28. O nosso Governo terá muito poucos recursos para apoiar o empresariado privado nacional. Temos que encontrar respostas sobre o que fazer!

A superação desta situação vai exigir uma rápida elevação da capacidade de gestão dos empresários nacionais e o domínio de técnicas e tecnologias de produção. Os empresários e os trabalhadores Timorenses necessitarão de aceitar este desafio de aprender mais e muito mais. O mercado será implacável para com uma qualidade de produção mediocre e/ou com custos elevados.

Ponto 6 – Só o Trabalho Cria Riqueza

29. Do trabalho da Comissão III, podemos acrescentar mais uns pontos. O nosso Governo não possui reservas, pelo contrário vive de donativos concedidos por outros governos e organizações internacionais, o que é mesmo que dizer que o nosso país depende de recursos financeiros e materiais que são oferecidos pelos diversos povos do mundo, através dos impostos que pagam aos seus respectivos Governos.

Por isso, com frequência, vemos parlamentos e governos a nos solicitarem a prestação de contas relativas à ajuda que nos foi enviada, e isto porque os povos que pagaram impostos querem estar seguros de que o produto do seu esforço teve uma aplicação frutífera. E isto é justo!

Nos últimos meses visitamos muitos países. Vimos países desenvolvidos, países muito pobres. Vimos progresso, vimos miséria. Porém sempre vimos esforços dos respectivos povos e governos, para fazer crescer mais e mais a produção.

Por outro lado, mais de 120 países que ainda não são desenvolvidos, também procuram ajuda. Os países ricos manifestam já uma certa 'fadiga da ajuda';

Durante 3 anos o dinheiro para nos ajudar na Reconstrução constitui apenas donativo. A partir do 4º"ano, teremos de obteros fundos a partir da produção interna, ou então teremos que ir pedir emprestado. Só que pedir emprestado significa aumentar a dívida externa. Por isso, nas datas de pagamento teremos que pagar de volta os empréstimos, mais os juros. Se não conseguirmos pagar o empréstimo, aí começamos um ciclo vicioso que tende a aumentar a nossa dependência pernate o estrangeiro. Dezenas de países subdesenvolvidos encontram-se demasiadamente endividados e clamam hoje pelo perdão das suas dívidas. Para não cairmos numa situação similar teremos que criar um

desenvolvimento auto-sustentado, e isso implica produzir mais e mais.

Considerando estes factos, não devemos contar que o apoio internacional continue eternamente. Todos os países do mundo têm as suas próprias dificuldades, incluindo os países muito ricos, com alto nível de rendimento por habitante.

Apesar da grande solidariedade internacional que temos recebido e do qual estamos muito agradecidos, apesar das emocionantes declarações de Chefes de Estado e de Governo e dos presidentes de organismos internacionais que tivemos a honra de encontrar, de facto, temos que interiorizar que qualquer ajuda que recebermos no futuro, não será suficiente para solucionarmos as múltiplas necessidades que temos.

30. Sem trabalho não há riqueza. Sem riqueza, só podemos distribuir pobreza. As nossas necessidades sociais são enormes e para as resolver, o Estado terá que colectar impostos, por isso é imperativo:
    - aumentarmos constantemente a produção em todas as esferas da economia ;
    - praticarmos uma política de grande austeridade nos gastos, punir severamente a corrupção, assegurar a transparência e promover uma gestão rigorosa dos fundos disponíveis.

    No essencial, teremos por isso que contar com as nossas próprias forças, contar com os nossos recursos. Os nossos economistas, os engenheiros, os agrónomos, os financeiros, os nossos planificadores, têm que estudar a situação concreta do país, devem consultar amplamente o nosso povo, outros técnicos e trabalhadores, e propôr uma estratégia para promover o crescimento acelerado e sustentável da nossa economia.

31. Só com o crescimento da economia será possível ao Estado promover a construção de infraestruturas, ampliar a rede de distribuição de energia, melhorar os transportes públicos e concretizar outros programas económicos e sociais a favor da mulher, da criança, das comunidades locais e de populações vulneráveis.

    Enquanto formos capazes de demonstrar programas sociais e económicos realistas com a participação de todos, como já ouvimos aqui muitas vezes na Plenária, enquanto formos capazes de lutar contra a corrupção, enquanto assegurarmos a aplicação correcta e transparente dos fundos recebidos, a ajuda internacional continuará a chegar ao nosso país. A ajuda será sempre bem vinda. Contudo, não podemos definir a nossa estratégia de desenvovimento assente exclusivamente na ajuda e na cooperação internacional.

    A dimensão dos problemas a ultrapassar, exige que dediquemos todas as nossas energias para fazer crescer a produção em todos os sectores da economia. Temos que fomentar iniciativas de produção, temos que produzir mais, produzir melhor qualidade e mais barato. Só assim o Estado terá possibilidade para concretizar o programa social que sirva o nosso Povo.

Ponto 7 – Valorizar ao Máximo os Recursos Internos – Enfrentar os Desafios

32. São imensos os problemas a resolver, são poucos os recursos disponíveis. Alguns consultores internacionais são cépticos quanto à viabilidade do nosso país, em si!. Já ouvimos especialistas de economia a dizerem de forma muito directa que Timor Leste independente não é um país viável.....só se tiver petróleo e gás, ou só se ficarem envolvidos num espaço económico de um ou de outro grande país da região.

    A nossa primeira reação natural será a da defesa da nossa dignidade nacional

aparentemente ofendida. Contudo, se analisarmos friamente, temos que repensar o assunto com a devida responsabilidade.

Já aqui, na Plenária, foi apresentado pelo Dr. Mari Alkatiri, e largamente debatida a questão de 'Timor Gap'. Vamos apenas viver de 'Timor Gap' ? Ou haverá outros recursos que podem até substituir o 'Timor Gap'? O próprio Soeharto, já em 1994, avisava os indonésios que os lençois do petróleo estavam já a diminuir.

Compete-nos a nós Timorenses provar a viabilidade do país e pensar em todas as alternativas e potencialidades.

33. É certo que a existência de petróleo e gás favorecem a viabilidade de um país. Ainda não dispomos de todos os elementos, que nos permitam formular o crescimento económico do nosso país assente na exploração de petróleo e gás. Contudo, a nossa observação da história política, económica e social recente dos vários países, permite concluir que o petróleo e o gás constituem um recurso muito útil, mas estejamos conscientes que, nalguns lados do mundo o petróleo e o gás, atraiem a cobiça, exacerbam o egoísmo, conduzem a falsas soluções, geram discórdia e promovem guerras fratricidas.

De todo o modo, consideremos que as eventuais receitas do petróleo e do gás do Timor Gap, se e quando acontecerem, actuarão como factores que podem acelerar o nosso crescimento e desenvolimento económico nacional.

Entretanto, contemos com os nossos conhecimentos, contemos com a experiência do nosso povo, dos empresários, dos trabalhadores, dos camponeses, dos nossos técnicos, e planifiquemos com base nos recursos naturais que possuimos e ainda não conhecemos bem.

34. Ao expressarmos ideias sobre o desenvolvimento de Timor, deveremos fazê-lo de modo a provarmos a credibilidade e a viabilidade de cada projecto. O Plano Nacional deve equacionar globalmente o caminho a seguir e delinear a estratégia de desenvolvimento económico e social, pelo menos até ao ano 2020, desdobrado em planos anuais e pluri-anuais.

Neste quadro, é essencial apresentar a estratégia sobre o que fazer, como fazer e quem deve ser envolvido para implementar os projectos.

Se, pensar assim, é ser ambicioso, então sejamos todos ambiciosos na luta pelo bem estar do nosso povo, na luta pelo crescimento económico e social do nosso País.

Ponto 8 – Conhecer o País Real

35. Estas e outras condicionantes do nosso desenvolvimento, exigem uma reflexão muito séria, aprofundada e profissional. Naturalmente que o trabalho que temos à nossa frente para realizar as nossas aspirações, é muitissimo complexo.

Não hesitemos em procurar apoio de especialistas internacionais. Mas, é bom reter o conceito de que, o trabalho essencial, o trabalho de concepção e de implementação deve ser efectivado por Timorenses. O trabalho de assessores internacionais e os fundos internacionais devem sempre complementar o nosso esforço interno.

Não se trata de exacerbar o nacionalismo. Esta batalha que agora se inicia para fazer crescer a produção e a produtividade só pode ser ganha, se os Timorenses, eles próprios,

puderem dirigir o seu destino. Isto implica a elevação da qualidade técnica e científica de todos e de cada um dos Timorenses.

Cada um de nós, incluindo eu próprio, incluindo aqueles que já se graduaram nas diversas universidades do mundo, devem estudar mais e mais. Esta batalha da economia não vai ser ganha com improvisação, com desleixo, com espírito de 'deixa andar', com mentalidade dependente de modelos e fórmulas vistas ou estudadas no estrangeiro. A experiência dos outros países é necessária, mas só terá sucesso se ela fôr aplicada criadoramente à nossa realidade concreta. Temos que estudar o país real, isto é, temos que estudar o nosso querido Timor Loro Sa'e, em tudo quanto ele pode dar e o papel da mulher e do homem, portanto do Timorense neste processo.

36. Fazer crescer a economia de forma sustentável, contando o máximo possível com as nossas mulheres e homens, é a maior tarefa que temos à nossa frente, a partir de agora. Este é um grande desafio para os nossos intelectuais, a nossa juventude, os técnicos, os graduados das diversas universidades, é um desafio para todo o nosso povo.

É fundamental conhecermos e avaliarmos os quadros e técnicos que temos disponíveis no país, e aqueles que, estando no exterior, dedicam as suas energias para o engrandecimento da Pátria.

O país já é nosso e no que respeita ao nosso crescimento económico temos que rapidamente passar das formulações gerais para as definições mais concretas. Os bons técnicos, os bons engenheiros, os bons economistas, os bons juristas, os bons contabilistas, os bons gestores e administradores de empresa, os bons técnicos, os bons trabalhadores, os bons políticos medem-se pelo trabalho concreto e pela obra feita. Os bons não se medem apenas pelo título que levam. Não se esqueçam nunca do exemplo do dr. Aspirina e do dr. Paracetamol, várias vezes aqui levantado.

Os nossos camponeses já produzem para si e sua família, por isso merecem nosso respeito. Eles precisam de apoio técnico e científico para aumentar a produtividade e assim melhorar a sua vida. Precisam de estradas, de transporte, de melhor rede comercial para vender seu produto e adquirir o que não produz. O trabalho administrativo e burocrático é necessário, mas ele deve modernizar-se e ter como objectivo servir com eficiência a população e a produção. Lembremo-nos também do que foi dito aqui na primeira palestra sobre governação e governabilidade.

37. O Estado, o nosso Governo por muitos anos não terá recursos para criar muitos empregos. Temos que desenvolver o espírito empreendedor, trabalhar arduamente e produzir para o mercado. Todas as iniciativas de produção são válidas e devem ser estimuladas. O Delegado de Dili, numa das suas intervenções disse: Devemos mudar a nossa mentalidade. Devemos passar da fase de "procurar emprego para ter dinheiro, para a fase de procurar emprego para ter emprego." Porque o emprego cria riquezas para o país.

Todos nós temos que libertar o engenho e a criatividade que possuimos dentro de nós. A garantia do sucesso está na capacidade de realizar e transformar o país.

IV. A Acção Principal a Realizar até á independência Nacional

38. A Comissão I debateu, com calor, várias questões. Da nossa parte, expomos a seguir alguns dos constrangimentos e limitações que teremos de enfrentar no desafio que se segue.

O povo está consciente de que o país está empobrecido, sem recursos e com uma economia destruída e que está a dar os primeiros passos. O nosso Povo está consciente de que as mudanças não podem ocorrer da noite para o dia.

Temos de estar à altura deste desafio que visa construir e desenvolver o país, de forma a que, em cada ano que possa toda a população possa usufruir de realizações concretas para o seu bem estar material e espiritual. Assim, dentro de 20 anos, o nosso esforço deverá permitir desfrutar das riquezas de uma terra onde há harmonia, uma terra estável onde se pratica a tolerância, pacífica e em progresso permanente.

39. A Comissão V apresentou ontem várias questões sobre Democracia, Governação e Sustentabilidade. A nova fase vai caraterizar-se pela implantação da democracia multipartidária, no contexto da qual os partidos políticos, através de eleições gerais, designam os seus representantes para assumirem funções nos Parlamentos,. Nesse âmbito, exprimem a forma como um ou vários partidos são mandatados para assumir e dirigir o nosso Governo.

A fase que agora se inicia exige que se constituam diversos partidos, para que cada um estude, avalie com maior profundidade a situação concreta e apresente um programa credível para superar o atraso e o subdesenvolvimento.

A partir de agora, os Partidos constituir-se-ão como os actores principais que conduzirão os destinos da Nação. É tarefa de todos os cidadãos apoiar os Partidos a organizarem-se para melhor concretizarem os desafios mencionados. Na Comissão I todos assumiram um pensamento-chave. Qualquer cidadão Timorense deve preocupar-se com a existência de partidos políticos. Dentro ou fora dos partidos, qualquer Timorense deve apoiar os partidos para que, estes, se tornem capazes de nos dirigir no futuro.

Estes desafios exigem agora maior qualidade de intervenção e maior capacidade de realização. Não podemos a continuar a viver dos fantasmas do passado. Aqui, nesta Plenária, ouvimos várias intervenções sobre o fardo psicológico e político que ainda transportamos do passado. Devemos lembrar aos partidos os apelos ouvidos aqui: devem ser honestos, devem falar à população para podermos fechar a cortina do passado.

No futuro deve existir uma competição política saudável entre diversos cidadãos organizados em Partidos. As divergências entre Partidos, entre membros de Partidos, não devem conduzir à violência.

40. Este é o tempo que temos que aprender que a democracia não é crítica barata, boateira, sistemáticamente destrutiva, crítica irresponsável e não fundamentada. A democracia não é demagogia. Ela exige responsabilidade e empenhamento na acção. Para além da crítica construtiva, a democracia é construção! O exercício da democracia é um dever de cidadania.

A democracia é um instrumento de desenvolvimento, ela permite alcançar os nossos objectivos globais, de forma sustentável. Cada um tem lugar nesta marcha. Em democracia, cada cidadão é mais livre. A democracia não deixa de existir pelo facto de o voto popular ter frustrado nossas expectativas, por vezes excessivamte empoladas e infundadas. Somos todos parte deste país em processo de construção e desenvolvimento, todos temos uma tarefa a cumprir, ninguém é dispensável.

Os partidos políticos devem organizar-se adequadamente, devem elevar a sua qualidade de análise e de intervenção. Os membros dos diversos partidos devem estudar mais e

muito mais. Desculpem-nos se ofendemos algum partido que já possua preparação e capacidade para não necessitar de estudar mais.

O conhecimento qualifica e eleva o argumento político. Aqui, na Plenária, também ouvimos que devemos deixar a cultura da ignorância para dquirirmos a cultura da razão e do diálogo.

A competição política vai exigir qualidade política e técnica cada vez maior. Os membros dos Partidos devem dominar a técnica e a ciência para dar soluções aos problemas concretos do país. Através das eleições, o Povo decidirá a quem confiar para dirigir o país.

41. Para dirigir o nosso Estado e a sociedade, pretende-se agora que os cidadãos se filiem nos diversos partidos à sua escolha. Os Partidos devem apresentar o seu programa político, económico e social.

Apesar de expressarem posições e pontos de vista diferentes, todos eles devem, irreversívelmente, comprometer-se a adoptar como preocupações centrais comuns:

- a defesa intransigente da independência nacional e da integridade territorial e,
- a elevação constante do bem estar material e espiritual do Povo Timorense;

Nos nunca exportamos arroz, em toda a nossa história, e durante estes ultimos 24 anos só importamos arroz. Ouvimos aqui de um delegado falar dos ratos que destruiram tudo ou quase tudo o que ainda restava das cheias. Isto quer dizer que o nosso povo enfrenta muitos problemas com a natureza, mesmo sem instabilidade política; oxalá o povo não seja condenado a maior fome, mais pela corrida ao poder entre partidos do que por causa dos ratos.

Estes são os elementos essenciais, que nos permitirão reconstruir o país e desenvolver a economia e a sociedade. A criação dos Partidos será feita no quadro de uma Lei de Partidos. Pretende-se que a sua actuação vise sempre a promoção da unidade e a coesão nacional.

42. Em Democracia, o único elemento imutável é o Povo. Democracia significa também a prestação periódica de contas: as pessoas eleitas e seus Partidos são submetidos à avaliação do Povo. O delegado de Lautem ontem afirmou: os partidos e os lideres partidários devem mostrar um alto nivel de maturidade.

O Povo sabe compreender as maquinações e as manobras dos malabaristas. O Povo sabe distinguir o politiqueiro que faz falsas promessas, do político, filho do Povo, que apenas promete o que é materialmente possível de concretizar. Aqui também ontem a tarde, a delegada da Rede das Mulheres disse: o Povo saberá escolher os partidos com menos problemas. E o delegado de Ainaro acrescentou: nos votaremos pelos partidos que tolerarem um ao outro e trabalharem juntos.

Com base na sua percepção, o Povo decidirá renovar ou revogar o mandato anteriormente concedido a este ou àquele Partido. Periódicamente, elegerá os seus representantes para assumir cargos nos diversos orgaos de soberania: o Parlamento Nacional,a Presidencia da República, o Governo.

43. O representante da Igreja também teve a oportunidade de recomendar aqui: o Povo tem o direito de viver em paz e assim amar um ao outro, num clima de tranquilidade.

Para assegurar a unidade nacional e a estabilidade do país, em respeito à abnegação e

bravura das Falintil, em memória dos mais de duzentos e cinquenta mil mortos na luta de libertação, os Partidos políticos devem, perante o Povo de Timor Leste, comprometer-se a adoptar uma plataforma inter-partidária, de acção comum.

Para assegurar que a condução das actividades partidárias se efective em obediência às regras e normas que unam e dignifiquem o nosso Povo, exorto este Congresso a adoptar uma Resolução relativa ao Pacto de Unidade Nacional, ou Plataforma de Unidade Nacional, que deveria contemplar, entre outros, os seguintes elementos:

- os Partidos políticos devem obedecer aos princípios consagrados na Carta Magna, respeitar os resultados da Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999 e obedecer à Constituição que democráticamente vier a ser aprovada no país;
- os Partidos políticos devem empenhar-se na defesa da integridade territorial, no reforço constante da unidade nacional
- os Partidos políticos, devem dedicar o máximo das suas energias na busca de soluções concretas para a satisfação das necessidades espirituais e materiais do nosso Povo;
- os Partidos políticos devem praticar a democracia nos seus órgãos e nas suas estruturas ao nível central, distrital e sub-distrital;
- os Partidos devem submeter-se periodicamente à vontade da maioria do povo expressa em sufrágio universal, livre e transparente, sob a supervisão de entidades independentes e credíveis;
- os Partidos políticos devem comprometer-se a observar um Código de Conduta que fortaleça a dignidade nacional, respeite adversários políticos, observe as regras de civismo e de convivência social no exercício dos direitos democráticos, praticando sistemáticamente o respeito pela diferença de opiniões e a tolerância;
- os Partidos políticos comprometem-se a praticar uma política de maior inclusão dos diversos segmentos da sociedade, buscando sistematicamente consensos e plataformas de unidade que incorporem os interesses da maioria;
- os Partidos políticos devem acordar um plano estratégico de desenvolvimento económico e social que, entre outros aspectos, contemple o apoio solidário aos antigos combatentes, às populações vulneráveis, como as viúvas, os orfãos, os mutilados de guerra, e os quadros da resistência, etc.

Pretende-se assim que, qualquer que seja o governo eleito, se respeite a estratégia adoptada.

44. Esta plataforma de unidade nacional não pretende coartar a liberdade dos Partidos. Pretende estabelecer uma ampla base de confiança no processo democrático, evitar excessos, comportamentos e palavras impróprias à nossa dignidade como Timorenses.

A liberdade conquistada e a democracia que estamos a implantar visa essencialmente tornar sustentável a nossa independência. Mas ela não se compadece com insultos, intrigas, desperdícios de recursos e de energias que devem ser canalizados para a reconstrução nacional e o desenvolvimento económico e social.

A educação cívica deverá permitir enriquecer o contéudo da vida democrática. Mulheres, homens, jovens, velhos devem participar neste processo, devem praticar principios democráticos no seu dia a dia, devem propagar a tolerância e assegurar que as diiferenças de opinião sejam resolvidas como disputa entre adversários, que são irmãos. Um adversário não é inimigo.

A futura lei de Partidos Políticos deveria incorporar os princípios e as normas que permitam

o pleno
exercício da democracia, e a definição dos contornos e os limites da acção.

45. Se nos mantivermos unidos ao povo, não há tarefa nenhuma que não possa ser concretizada. Para sermos bem sucedidos, lembremo-nos sempre que a experiência da nossa luta de libertaçao ensina-nos:

- a praticar a política de inclusão em todas as esferas da sociedade, envolvendo cada vez mais os vários segmentos população em torno de objectivos simples e realizáveis;

- A estabelecer uma permanente articulação entre a dirigentes, responsáveis, os técnicos com nosso Povo;

- a fortalecer o respeito e a confiança entre todos nós;

- a manter permanente sintonia e articulação entre os postos de trabalho aos vários níveis, evitar o sectarismo, o departamentalismo;

- a valorizar o trabalho de equipa – a tarefa central é aumentar a produção em todos os sectores. O valor do nosso trabalho individual é medido por aquilo que fazemos para que, em cada ano, o Povo usufrua de mais e melhores condições de vida económica e social;

46. Estas são lições que aprendemos no passado e que, estamos certos, continuam a ser ensinamentos que devemos interiorizar. Este Povo já sofreu demais! Cabe agora aos Partidos políticos organizarem-se para dirigirem o país com competência, na máxima austeridade, com transparência e uso apropriado dos bens públicos.

Cada cidadão deve dar o seu melhor, deve apoiar sempre o Governo eleito porque ele reflecte a vontade a maioria do Povo. Se não estivermos de acordo, esperemos pelo próximo sufrágio para validar o nosso ponto, a nossa argumentação. Entretanto continuemos firmememnte a realizar as nossas tarefas, que se inserem na luta geral do Povo para Libertar o Homem Timorense.

Devemos viver a certeza de que, juntos entre nós e no seio do Povo, seremos sempre mais fortes e invencíveis. Move-nos uma vontade de estabelecer mecanismos que permitam gerar confiança e estabelecer consensos permanentes.

47. Finalmente, como forma de contribuir, modestamente, para atrair mais fundos para a reconstrução nacional desta tribuna lanço a ideia de se constituir a Fundação para o Desenvolvimento de Timor Leste com o objectivo, entre outros, de:
- apoiar a realização de projectos comunitários;
- apoiar as populações vulneráveis;
- apoiar a formação técnica e científica
- constituir-se como fórum para o debate democrático, para a comprensão de outras experiências e sobre a evolução do mundo;
- investir em projectos viáveis para o benefício do país.

Fico desde já reconhecido por qualquer iniciativa que neste sentido seja feita por qualquer individualidade, entidade timorense, organização internacional ou país.

Conto com o apoio dos Partidos Políticos e dos nossos juristas e técnicos para, até ao fim

do ano, poder apresentar ao nosso Governo, o projecto de constituição desta Fundação.

Igualmente, espero apresentar a lista dos membros nacionais e estrangeiros de reconhecida credibilidade, que vão asssegurar a gestão competente e transparente, bem como a entidade que irá auditar as respectivas contas para periódicamente apresentar ao público.

48. Este Congresso que incorpora vários segmentos do nosso povo, partidos políticos, organizações sociais, associações sócio-profissionais, mulheres, jovens, membros das diversas confissões religiosas, convidados, constitui uma grande escola onde, pela primeira vez, de forma aberta, na nossa Pátria libertada aprendemos a praticar a democracia.

E vamos continuar empenhados neste processo, a fim de criarmos verdadeiras instituições democráticas que merecerão confiança por parte de todos os timorenses. Com a grande participação registada aqui no Congresso, eu tenho a certeza de que podemos, a partir de agora, assumir que o processo depende de cada um e do todos ao mesmo tempo, e não apenas de um indivíduo, seja ele quem for.

Necessitamos de nova energia, de novo rosto, de nova capacidade para conduzir o processo. Lamento contrariar o querido irmão delegado de Aileu, e embora muito grato pelas palavras de confiança, eu devo dizer aqui que todos temos que apostar para dar nova dinâmica na liderança do processo.

Dili, aos 27 de Agosto de 2000